



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE
ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

Edmeire Alves dos Santos Moura

Joseilde de Santana Santos

A CULTURA DA PAZ NA ESCOLA: UMA QUESTÃO SOCIAL

São Domingos – Sergipe

Janeiro de 2016

EDMEIRE ALVES DOS SANTOS MOURA

JOSEILDE DE SANTANA SANTOS

A CULTURA DA PAZ NA ESCOLA: UMA QUESTÃO SOCIAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de Plano de Intervenção em cumprimento a uma das exigências para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege).

Eixo temático: ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E MEDICAÇÃO DE CONFLITOS

Professora Orientadora: Dra. Alessandra Barbosa Bispo

São Domingos– Sergipe

Janeiro de 2016

Patient Information	
First Name	
Last Name	
Address	
City	
State	
Zip	
Phone	
Insurance	
Physician Information	
Physician Name	
Physician Address	
Physician City	
Physician State	
Physician Zip	
Physician Phone	
Physician Insurance	
Referral Information	
Referral Number	
Referral Date	
Referral Type	
Referral Source	
Referral Reason	
Referral Status	
Referral Notes	
Referral History	
Referral Date	
Referral Type	
Referral Source	
Referral Reason	
Referral Status	
Referral Notes	
Referral Summary	
Referral Date	
Referral Type	
Referral Source	
Referral Reason	
Referral Status	
Referral Notes	



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,
DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE
ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção das docentes Edmeire Alves dos Santos Moura e Joseilde de Santana Santos intitulado “A cultura da paz escola: uma questão social” defendido e aprovado em _____ pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

(Examinador/a 1)

(Examinador/a 2)

(Orientador/a)

AGRADECIMENTOS

Não existem palavras para expressar a gratidão que sentimos. Porém, ousamos agradecer ao criador pela dádiva da vida e por sua infinita misericórdia de permitir-nos vencer mais uma etapa. “Viver significa vencer etapas” e durante esta caminhada acadêmica, percebemos ainda mais evidente a graça celestial envolvendo-nos, ao conceder-nos sabedoria, entendimento, disposição, estratégias e força para superar os desafios impostos pela vida. Obrigada Deus pelas oportunidades de conhecer realidades, pessoas, e lugares distintos nesta caminhada educacional. Obrigada por permiti-nos perceber que aqui não é o fim, mas apenas o início de muitas conquistas, afinal, o senhor permanece fiel. Por tudo isso, rendemos - ti graças.

Às docentes Débora Rodrigues, Flávia Tenório e Alessandra Barbosa Bispo pelas orientações e paciência nesta jornada cognitiva durante esses meses. Sabe-se que o indivíduo ao tecer do conhecimento não é nada sem um mestre orientador e durante essa caminhada nos sentimos fortalecidas ao tê-las ao nosso lado mostrando-nos os caminhos para adquirirmos o conhecimento. Obrigada!

Ao final desta etapa percebemos que por mais difícil que seja a luta, por mais distante que um ideal se apresente, por mais complexo que seja um caminho existe sempre uma forma de vencer, e a receita é a nossa fé. Hoje mais que nunca temos a certeza que para ser uma vencedora não se luta e se ganha sozinha. Obrigada Deus por todas as pessoas que colocastes em nossas vidas. A todos (as). Obrigada! Obrigada! E obrigada!

RESUMO

A escola é um ambiente que produz e reproduz diferentes culturas, almejando desenvolver consciências críticas cidadãs. Neste lugar de transformação e manifestação cultural evidenciam-se aspectos dos contextos sociais de cada grupo, e ou, de cada educando, que deixa refletir comportamentos das instituições a qual pertencem. Assim, ao adentrarmos na Escola Estadual “Jose de Carvalho Deda” observamos a presença de violências físicas e verbais implícita nas brincadeiras praticadas pelos discentes. Daí a necessidade de desenvolver neste projeto de intervenção “A cultura da paz na escola: uma questão social” objetivando promover uma mudança de comportamentos através de ações corporais e verbais que gerem pacificidade no âmbito escola por meio de palestras, oficinas, caminhadas pedagógicas na comunidade entre outras ações que sensibilizem a comunidade a respeito da paz na escola.

Palavras-chaves: Paz na Escola – Questão Social - Práticas Educativas - Ambiente Escolar.

Resumen

La escuela es un entorno que produce y reproduce distintas culturas anhelando desarrollar consciencias críticas ciudadanas. En este sitio de transformación y manifestación cultural evidencianse aspectos de los contextos sociales de cada grupo y/o de cada educando, que deja reflejar comportamientos de las instituciones a la cual pertenecen. Así al entrarnos en la Escuela Estadual “José de Carvalho Dedá”, percibimos la presencia de violencias físicas y verbales sobrentendidas en los juegos practicados por los discentes. De ahí la necesidad de desarrollar en este Proyecto de intervención “La Cultura de la paz en la Escuela: una cuestión social” objetivando promover un cambio de comportamientos por medio de acciones corporales y verbales para generar tranquilidad en el ámbito de la escuela por medio de conferencias, talleres, caminada pedagógicas en la comunidad, entre otras acciones que sensibilicen la comunidad a respeto de la paz en la escuela.

Palabras clave: Paz en la escuela – Cuestión Social - Prácticas Educativas – Buenas Metodologías – Entorno Escolar

LISTA DE GRAFICOS

GRÁFICO 1- Profissão dos pais.....	29
GRÁFICO 2- Nível de escolaridade dos pais.....	29
GRÁFICO 3- Renda familiar.....	30
GRÁFICO 4- Área onde reside a família.....	30
GRÁFICO 5- Religião das famílias.....	30
GRÁFICO 6- Formação racial.....	31
GRÁFICO 7- Como os alunos vão à escola.....	31
GRÁFICO 8- Composição familiar.....	31
GRÁFICO 9- Quantas pessoas moram em casa.....	32
GRÁFICO 10- Beneficiários pelo programa Bolsa Família.....	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	13
CAPÍTULO II - DIAGNÓSTICO.....	27
CAPÍTULO III – PLANO DE INTERVENÇÃO.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERENCIAS BILIOGRAFICAS.....	39
ANEXOS.....	42

INTRODUÇÃO

O plano de intervenção tem sua vertente principal na pesquisa-ação que é um tipo de investigação social baseado na experiência constituída e concretizada a partir de uma aproximação entre os sujeitos e a ação que vai ser aplicada, bem como a resolução da problemática coletiva, onde os pesquisadores e os pesquisados que representam a situação ou o problema, estarão entrelaçados coletivamente no decorrer da efetivação do projeto. O presente projeto de intervenção está inserido no eixo temático Escola como espaço de promoção da cidadania e mediação de conflitos e tem como tema gerador “A cultura da paz na escola: uma questão social”, intentando assim, abordar práticas e comportamentos no âmbito da Escola Estadual “Jose de Carvalho Déda”, que combatam ações que possam desencadear algum tipo de violência, assim como práticas pedagógicas que incentivem a paz entre os discentes e a comunidade escolar. Buscando sensibilizar a comunidade escolar sobre os Direitos da Criança e do Adolescente enquanto responsabilização da família, escola, comunidade e sociedade em geral, conforme consta na legislação vigente.

Ao observar o ambiente da Escola Estadual “José de Carvalho Déda”, observamos um espaço organizado e instrumentalizado para desenvolver o processo de ensino e aprendizado com qualidade. E que busca colocar em prática as diretrizes do Projeto político Pedagógico (PPP) por ser um documento norteador das práticas pedagógicas que vislumbra a escola enquanto espaço de construção do conhecimento e afirmação da identidade, além de desenvolver a consciência cidadã (VEIGA, p. 13, 2002). “O PPP é também um instrumento que identifica a escola como uma instituição social, voltada para a educação, portanto, com objetivos específicos para esse fim”. Esse instrumento político pedagógico está voltado para construir e assegurar a gestão democrática, que se conforma durante sua elaboração com a participação coletiva.

A aplicação do que está contido no PPP e no regimento interno da escola busca superar as dificuldades, uma vez que nem todos os segmentos participam efetivamente das decisões da instituição supracitada, pois, não dispõe de Conselho escolar e, sim, Comitê Comunitário que na prática tem pouco peso nas tomadas de decisões, nos assuntos relacionados a ações pedagógicas e que atualmente, encontra-se desfalcado, com poucos membros, devido à prorrogação das eleições, por vários anos. Entretanto, à medida que surgem novas demandas, a escola rever o plano de ação, envolvendo alguns projetos

vislumbra parcerias com a família que nos últimos anos vem melhorando a participação nas reuniões promovidas.

No entanto, é dever de todos viabilizarem e garantir o acesso integral a educação e as condições necessárias ao pleno desenvolvimento da Criança e do adolescente, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para compreender melhor o contexto sócio econômico das famílias dos alunos da instituição supracitada, usamos dados presentes no Projeto Político e Pedagógico da escola e constatamos que a renda familiar na maioria das vezes é constituída de trabalhos no campo, outros desenvolvem atividades na construção civil como auxiliar de pedreiro ou pedreiros. Entre as mães, algumas se declararam doméstica ou autônoma, outras trabalham como “biscates”.

Quanto à constituição familiar dos alunos a maioria é constituída por pai, mãe e filhos. Outros (as) alunos (as) vivem apenas com o pai; ainda existem aqueles que vivem apenas com a mãe e um pequeno número com os avôs. As casas agregam em média de uma a três pessoas, sendo que cerca de 8% aproximadamente das famílias sobrevivem com até um salário mínimo e 72% recebem recurso do governo, o restante não se declararam. (Projeto Político Pedagógico, 2015)

A população que compõem a escola é predominantemente de comunidades circunvizinha da instituição educacional em questão. As necessidades sociais e econômicas se apresentam com característica que o enquadram no perfil de programas sociais efetivos, que venham a amenizar a carência das necessidades básicas cabíveis aos seres humanos. E que esta carência agregada a outros fatores geram no aluno dificuldades no seu aprendizado.

O cotidiano da maioria das crianças e adolescentes da comunidade se divide entre o período escolar, a casa, ao projeto Reca (projeto social mantido pela comunidade e apoiado pelo município), as atividades extra-turno que a escola oferece por meio do Programa Mais Educação (através das oficinas de letramento, dança, banda, futsal e inclusão digital). Dessa maneira, percebemos que o público alvo são classificados e/ou declarados como baixa renda.

Embora esta realidade, não justifica a violação dos direitos fundamentais presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, que se configura na falta de compromisso dos pais ou responsáveis com a educação das crianças e do adolescente, permitindo que a violência permeie o universo infanto-juvenil. Entre os tipos de violência percebida nesta instituição por meio de diálogos e relatos da gestão pedagógica, observa-se principalmente a violência psicológica/verbal, configurada também como bullying que ocorre às vezes entre os próprios

alunos, mas que é trabalhada por meio de projetos internos no dia a dia das salas de aulas, e às vezes violência física implícita nas brincadeiras como polícia e ladrão, pique e esconde, pega-pega, etc. A banalização da violência inicia muitas das vezes na aceitação de pequenos gestos/ palavras usadas no cotidiano e acabam ganhando proporcionalidades maiores. Essa realidade é reproduzida na escola por meio de brincadeiras violentas que traduz comportamentos e verbalização que machuca física e psicologicamente o próximo.

Para Routti (2006) a violência se conforma em múltiplas situações do cotidiano escolar e para combatê-las precisa desenvolver projetos educativos visando extinguir ou amenizar tais comportamentos que configurem algum tipo de violência. Isso pode ocorrer por meio de debates, confecção de cartazes, palestras, dinâmicas de interação, oficinas, entre outros, que na escola pesquisada são financiados com recursos enviados por exemplo pelo: PROFIN - Programa de Financiamento, PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola e PDDE – Programa de Manutenção e Desenvolvimento da Educação/ Dinheiro Direto na Escola. Programas do governo federal como “O mais Educação”, que é muito procurado pelos alunos, permite estudar nos dois períodos: matutino e vespertino, dando a gestão a oportunidade de desenvolver melhor as habilidades e competências de sua clientela e permitindo que a escola tenha uma boa organização e qualidade de ensino.

Diante dos dados catalogados e explicitados, norteamos nosso plano de intervenção com o objetivo geral de abordar práticas e comportamentos no âmbito da Escola Estadual “Jose de Carvalho Deda”, que combatam ações que possam desencadear algum tipo de violência, assim como práticas pedagógicas que incentivem a paz entre os discentes e a comunidade escolar. E como objetivos específicos: abordar práticas e comportamentos no âmbito da Escola Estadual “José de Carvalho Deda”, que reduza ou elimine atitudes que possam promover algum tipo de violência; promover práticas pedagógicas que incentivem a paz entre os discentes, pais, professores e sociedade e viabilizar ações que desenvolvam na comunidade escolar a consciência de que as relações pessoal e interpessoal são mais saudáveis quando acontecem pacificamente. Tal proposta foi efetivada por acreditarmos que é possível a instituição educacional em questão respeitar as crianças e adolescentes como cidadãos garantindo seus direitos e incentivando a participação de todos na construção de uma sociedade democrática e fraterna.

Para tanto foi realizado levantamento de bibliografias que sustentassem nosso projeto, pesquisa de campo, observações do espaço escolar, entrevistas aos gestores da escola e análise dos documentos que regem a instituição, durante os meses de janeiro a maio,

fazendo leituras de teóricos que defendem leis protetivas e garantistas dos direitos dos infante-juvenis, além de analisar o PPP e Regimento interno da escola.

Para desenvolver a temática “Cultura da paz: uma questão social” no âmbito da Escola Estadual “José de Carvalho Deda” pretende-se mobilizar toda comunidade escolar no período de uma semana pedagógica, por meio de palestras, oficinas, finalizando com uma caminhada na comunidade, sensibilizando-os a respeito de garantias das Leis existentes no ECA, bem como a cultura da paz na escola e na sociedade. Seguindo este caminho que vislumbra a efetivação do plano em questão. Para isso, fizemos um diagnóstico do espaço escolar através de observações e conversas com os gestores, em seguida analisamos os documentos e entrevistamos os responsáveis da escola, nossa metodologia de diagnóstico foi o contato direto com o espaço observado e o público alvo.

Vale ressaltar que para o bom desenvolvimento das atividades pedagógicas nas instituições educacionais é imprescindível que a escola e a comunidade local estejam em comunhão com as decisões tomadas pela gestão da Escola, e que haja uma parceria entre ambas, para que a construção do conhecimento seja efetuada com sucesso entre o discente e o docente. Dessa forma, a instituição educativa torna-se lugar de fortalecimento da identidade cumprindo sua função social e dialética perante a sociedade.

Assim este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo fazer-se-á uma discussão teórica com estudiosos que se dedicaram a escrever sobre a temática A cultura da Paz na escola: uma questão social. No capítulo seguinte apresentamos dados diagnosticados durante as observações e excursão do plano de intervenção. No capítulo terceiro explicitamos o plano de intervenção a ser aplicado.

CAPÍTULO I : REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo tem como finalidade discorrer sobre a cultura da paz na escola, focada na questão social, para isso, é importante destacar que as instituições incumbidas de sociabilizar as gerações contemporâneas, são evidenciadas como lugares de conflitos entre alunos/alunos, professores/alunos e praticas de violências, “situação essa que passa pela reconstrução da complexidade das relações sociais que estão presentes no espaço social da escola” Santos (2001) Assim, vale salientar que a origem das manifestações mais evidentes da questão social se deve ao processo de desenvolvimento capitalista tardio e dependente da América Latina e se aprofunda no contexto da modernização excludente.

Para compreender melhor o capitalismo tardio e a modernização excludente, Santos (2004) explica que as situações de pobreza no Terceiro Mundo são devidas, em grande parte, à ação conjugada das estruturas monopolísticas e do Estado. Os monopólios de qualquer natureza repercutem negativamente no nível de vida das populações. O Estado participa do agravamento do fenômeno através de sua política econômica e fiscal.

Pois, o atual modelo de crescimento econômico é responsável por uma distribuição de renda cada vez mais injusta e impede a expansão] do emprego, assim como o desenvolvimento de um mercado interno para os produtos modernos. A existência do circuito inferior da economia urbana é uma das consequências principais dessa situação.

Com a produção das indústrias dinâmicas aumenta mais depressa que a das indústrias ditas estagnadas, e as primeiras se dedicam a produzir, de um lado, para a exportação e, de outro, para a classe rica, muito mais que para as camadas menos favorecidas.

Assim, o desenvolvimento dessas linhas de produção implica numa maior acumulação de capital, tendo como consequência final a redução da capacidade de consumo das massas e o aumento da renda nacional por uma minoria. Pois, segundo ainda este autor quanto mais à renda se concentra, mais o consumo dos grupos de alta renda se diversifica e mais inadequada é a evolução do perfil de demanda, tornando evidente uma subutilização dos fatores de produção. Ou seja, a classe operária é duplamente desfavorecida, pois, não pode ter acesso aos bens que os empresários consideram rentáveis produzir, quando, ao mesmo tempo, declina a produção dos bens de consumo corrente.

Isso representa também uma limitação do emprego e uma seletividade acentuada na escolha dos parceiros da modernização. Entretanto, a sociedade brasileira com o alargamento

do capitalismo comercial e industrializado a ferro e fogo pelo capitalismo tardio sofre, atualmente, pela desequilibrada dependência econômica e pela má distribuição de renda.

Portanto, falar da “questão social” implica necessariamente fazer referência ao capitalismo e ao Estado por ele constituído. Não é suficiente realizar uma genealogia do conceito de solidariedade social e estabelecer como ponto de inflexão do Estado social. O que marca uma ruptura (que ao mesmo tempo implica uma certa continuidade) é o caráter político da “questão social” decorrente do processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora e seu ingresso no cenário político, que exige seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do capital. Essas são as desigualdades presentes na sociedade de mercado e o potencial de luta política organizada que nos permitem falar de “questão social”.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a “questão social” deve ser entendida como “conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas que se geram com o surgimento da classe operária dentro da sociedade capitalista” Pastorini, (2004).

Torna-se importante ressaltar que a questão social reflete também no âmbito escolar, uma vez que os problemas econômicos têm forte influência no que se refere ao bem estar do indivíduo, pois, crianças e adolescentes maus alimentados reflete numa deficiência na aprendizagem. Além disso, a ausência dos pais na vida cotidiana dos jovens em virtude do sistema que “suga” o tempo deles contribui para determinados comportamentos inadequados nas escolas.

Além disso, é no interior da escola, no cotidiano dos alunos e de suas famílias, que se configuram as diferentes manifestações da questão social, como desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, famílias multiproblemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, entre outros. Santos (2008).

Em virtude disso, a escola tem sido desafiada cotidianamente no sentido de articular o conhecimento que é trabalhado no contexto escolar com a realidade social do aluno, ou seja, seus problemas e suas necessidades sociais. Portanto é essencial e fundamental a escola conhecer a realidade social dos seus alunos, encurtando a distância que a separa do universo familiar. Por ser uma instituição que deve que difunde o conhecimento e os valores sociais dos sujeitos, sendo capaz de preparar os indivíduos para a vida em sociedade. Nessa perspectiva, verifica-se a importância do trabalho com grupos de famílias no contexto escolar, a fim de fortalecer e encaminhar para a sociedade, não somente as crianças e adolescentes, como também seus pais. Tendo como premissas necessárias respeito a

realidade social, cultural e econômica dos alunos, bem como propiciar a participação da família no processo sócio pedagógico da escola.

Uma vez que, o contexto social que se encontra atualmente o espaço escolar, em que crianças e adolescentes são envolvidos em crimes com armas de fogo, violência física contra os professores, contra aos seus colegas e até contra si mesmo; práticas de *bullying*, alto índice de reprovação, alunos com problemas familiares, tudo isso, afeta seu comportamento de diversas maneiras na relação escolar, assim, como a dificuldade econômica familiar que tira dos jovens o direito de se alimentar adequadamente, implicando dizer que muitos vão à escola pensando na merenda, entre tantos outros atos presente no ambiente escolar. Dessa forma, percebe-se que o cenário atual é desafiador, ou quiçá, assustador, sendo para a gestão escolar um obstáculo a ser enfrentado.

A implementação de uma gestão escolar participativa democrática, é hoje uma exigência da sociedade, que entende esta como um dos possíveis caminhos, para uma boa escola integrando seus alunos em uma sociedade mais democrática. É o que nos remete Luck (2009) ao afirmar que: “novos desafios e exigências são apresentados à escola, que recebe o estatuto legal de formar cidadãos com capacidade de não só enfrentar esses desafios, mas também de superá-los”.

Nesse sentido, a gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos Luck (2009).

O autor salienta ainda que, a gestão escolar, como área de atuação, constitui-se, pois, em um meio para a realização das finalidades, princípios, diretrizes e objetivos educacionais orientadores da promoção de ações educacionais com qualidade social, isto é, atendendo bem a toda a população, respeitando e considerando as diferenças de todos os seus alunos, promovendo o acesso e a construção do conhecimento a partir de práticas educacionais participativas, que fornecem condições para que o educando possa enfrentar criticamente os desafios de se tornar um cidadão atuante e transformador da realidade sociocultural e econômica vigente, e de dar continuidade permanente aos seus estudos. Corroborando desta discursão Santos salienta o papel da gestão democrática:

o ato de administrar, gerir uma instituição que promova a participação de todos os atores envolvidos no processo educacional de forma democrática,

para que assim ocorra a busca pela melhoria do ensino. Ela vem substituir o autoritarismo empregado durante décadas, envolvendo todos os segmentos sociais que compõem a escola, para proporcionar uma reflexão quanto ao papel do gestor na busca de uma escola pública de qualidade. (SANTOS, 2011, p. 10-11)

Em caráter abrangente, Luck (2009) compartilha desta ideia ao discorrer sobre o englobamento da gestão escolar de forma associada, evidenciando o trabalho da direção escolar, da supervisão ou coordenação pedagógica, da orientação educacional e da secretaria da escola, considerados participantes da equipe gestora da escola.

Conforme constata, compete, à gestão escolar estabelecer o direcionamento e a mobilização capaz de sustentar e dinamizar a cultura das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, sem as quais todos os esforços e gastos são despendidos sem muito resultado, o que, no entanto, tem acontecido na educação brasileira, uma vez que se tem adotado, até recentemente, a prática de buscar soluções tópicas, localizadas, quando, de fato, os problemas são globais e inter-relacionados. A gestão escolar constitui uma dimensão importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, se observa a escola e os problemas educacionais globalmente e se busca, pela visão estratégica e as ações interligadas abranger, tal como uma rede, os problemas que, de fato, funcionam e se mantêm em rede Luck (2009).

A gestão escolar, também tem uma participação ativa na resolução de conflitos entre os alunos, sendo um dos maiores causadores da violência e outras consequências graves que aflige o ambiente escolar. Apesar da expressão “gestão educacional” ter suscitado polêmica nos meios educacionais, mesmo que autores conceituados mostrem a adequação do conceito às diversas realidades organizacionais e a conveniência de sua utilização frente aos desafios, colocados para os administradores, decorrentes dos novos contextos sociais. Vieira et al (2003, p. 25), serve-nos como exemplo ao textificar:

uma visão atualizada da administração educacional requer que se faça uma análise do presente estágio dessa função em nossas escolas e isso implica colocar no centro de nossas considerações o modelo de escola que temos hoje, tanto do ponto de vista estrutural, organizacional, como também do ponto de vista funcional, isto é, a forma como a escola desempenha sua função e os fundamentos em que se apoia. (VIEIRA, et AL, 2003, p.25)

O fato é que a administração escolar em todos os níveis, mais especialmente a que se realiza na unidade escolar sob a responsabilidade do diretor, tem sido alvo de inúmeras

críticas nos últimos anos, suscitando uma revisão profunda de seu significado e importância para a consecução dos objetivos educacionais almejados pela escola Santos (2013).

A explicação segundo Zagury (2006) *Apud* Freitas e Lopes (2010), é a concepção equivocada de gestão democrática dentro dos contextos escolares o que tem contribuído favoravelmente para o aumento do índice de indisciplina. Não se quer dizer que não se deve praticar a gestão democrática nas escolas atuais, mas, sim, que seja colocada em pauta a necessidade de um ambiente propício à educação, que esta democratização não retire o poder dos educadores de exigirem a disciplina por parte dos alunos evitando, assim, a decadência do ensino. Cada ideia e inovação visando à qualidade educacional devem vir seguidas de uma reflexão e análise para enriquecer e ampliar saberes sobre os problemas atuais da educação no Brasil. Pois, como já foram citados anteriormente, diversos são os conflitos no ambiente escolar que o gestor deve enfrentar.

Na concepção de Chrispino (2007), conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivem em sociedade tem a experiência do conflito. Desde os conflitos próprios da infância, passamos pelos conflitos pessoais da adolescência e, hoje, visitados pela maturidade, continuamos a conviver com o conflito intrapessoal (ir/não ir, fazer/não fazer, falar/não falar, comprar/não comprar, vender/não vender, casar/não casar etc.) ou interpessoal, sobre o qual nos deteremos. São exemplos de conflito interpessoal a briga de vizinhos, a separação familiar, a guerra e o desentendimento entre alunos.

Se pararmos para observar, todos os dias passamos por um conflito, seja ele interno ou externo como vimos acima. Em relação a isso, Chrispino chama-nos atenção:

em geral, nas escolas e na vida, só percebemos o conflito quando este produz suas manifestações violentas. Daí podemos tirar, pelo menos, duas conclusões: a primeira é que se ele se manifestou de forma violenta é porque já existia antes na forma de divergência ou antagonismo, e nós não soubemos ou não fomos preparados para identificá-lo; a segunda é que toda a vez que o conflito se manifesta, nós agimos para resolvê-lo, coibindo a manifestação violenta. E neste caso, esquecemos que problemas mal resolvidos se repetem. (CHRISPINO, 2007, P.16)

Direcionar para o contexto escolar contemporâneo, maiores serão as dificuldades em identificar quando em alguma turma já existe alguma espécie de conflito que possa ser resolvido antes que ocorra algo mais grave a exemplo da violência física.

Acontece que antes, em passado remoto, a escola era procurada por um tipo padrão de aluno, com expectativas padrões, com passados semelhantes, com sonhos e limites aproximados. Os grupos eram formados por estudantes de perfis muito próximos. Com a sociabilidade, trouxemos para o mesmo espaço alunos com diferentes vivências, com diferentes expectativas, com diferentes sonhos, com diferentes valores, com diferentes culturas e com diferentes hábitos [...], mas a escola permaneceu a mesma! Parece óbvio que este conjunto de diferenças é causador de conflitos que, quando não trabalhados, provocam uma manifestação violenta. Eis, na nossa avaliação, a causa primordial da violência escolar Chrispino (2007).

A violência escolar inicia-se se todos observarem por atos verbais e depois podendo chegar à agressão física, motivada pela questão da indisciplina, e ou por fatores sociais.

De acordo com Morgado e Oliveira (2009), atualmente, assistimos a uma cultura de violência que sobressai nos modos de interagir dos indivíduos e à qual as escolas em geral não escapam. Por isso, torna-se necessário desenvolver uma educação para a convivência e para a gestão positiva dos conflitos, a fim de se construir uma cultura de paz, de cidadania e de sã convivialidade.

Os autores supracitados orientam que a educação para a resolução de conflitos modela e ensina de diferentes formas, culturalmente significativas, uma variedade de processos, de práticas e de competências que ajudam a prevenir, a administrar de forma construtiva e a resolver pacificamente o conflito individual, interpessoal e institucional.

Haja vista, criaram-se os programas de mediação de conflitos que tiveram origem fora do contexto escolar, mas rapidamente o modelo foi adaptado às instituições educativas. A mediação escolar abrange a resolução dos conflitos entre estudantes, entre estudantes e adultos e entre adultos (MORGADO; OLIVEIRA, 2009).

A mediação é um processo flexível, de carácter voluntário e confidencial, conduzido por um terceiro imparcial – o mediador – que promove a aproximação entre as partes em litígio e que as apoia na tentativa de encontrar um acordo que permita pôr termo ao conflito. Abordar as disputas escolares através da mediação origina um contexto onde o conflito é encarado como natural o que permite protagonismo aos intervenientes, enquanto que os valores da solidariedade, tolerância e igualdade são estimulados (MORGADO; OLIVEIRA, 2009, p. 43).

A mediação apela a um espírito de colaboração, respeito e responsabilidade e não a uma cultura de culpa e imposição de soluções.

Não se pode apontar um culpado ou impor soluções em um conflito, tendo em vista que nos dias atuais educar é desafiador, precisamente quando se fala em indisciplina. Pois, como bem ressaltou Aquino (2003), a indisciplina constitui uma das queixas reinantes quanto ao cotidiano não apenas de professores, mas também de pais.

Um tema, portanto, emblemático da dificuldade de educar na atualidade, seja na família, seja na escola – as duas instituições historicamente reconhecidas como principais responsáveis pela educação de crianças e jovens.

Em relação às causas da indisciplina não se tem um culpado, ela é influenciada por vários âmbitos da vida do educando, o que denota a necessidade de enfrentamento e envolvimento maduro e consciente por parte de todos, pois as suas causas se emaranham com a sociedade como problemas familiares, carências, influências da TV, de toda a mídia, o que ressalta a importância de uma atuação organizada e articulada por parte das escolas. (FREITAS; LOPES, 2010, p. 06).

Por esses motivos citados por Freitas e Lopes (2010), é que segundo Morgado e Oliveira (2009), a resolução de conflitos em geral, e a mediação em particular, têm desempenhado um importante papel no movimento da Educação para a Paz. Já que a construção de uma cultura de paz assenta no respeito pela diferença e pela diversidade, na promoção das diferentes criações culturais dos indivíduos e dos povos. É com este fim que a educação para a paz visa o desenvolvimento de competências de comunicação, de construção do consenso e de sensibilidade à diversidade cultural, enquadrando-se numa perspectiva multi e intercultural, não preconceituosa, e de resolução alternativa de conflitos.

Tem-se ciência, que os atos tidos como indisciplinados deixaram de ser encarados como eventos esporádicos e particulares no cotidiano das escolas brasileiras, para se tornarem, talvez, uma das razões nucleares do alegado desgaste ocupacional dos profissionais da educação. Aquino (2003, p. 8-9) exemplifica:

atos genericamente rotulados de indisciplinados cobrem uma vasta gama de condutas destrutivas, avessas ao ideário disciplinar vigente nas escolas (que pode variar imensamente de uma escola para outras). No entanto, em todos os casos o que parece estar em pauta é a afronta – declarada ou não – aos códigos normativos em vigor naquela instituição, sejam eles razoáveis, justos, recíprocos, ou não. (AQUINO, 2003, p.8-9).

Apesar das falsas evidências que podem ludibriar os desavisados, sabe-se que não se trata de um fenômeno que assola majoritária ou exclusivamente a escola pública. Ao

contrário, escolas particulares ou públicas pode ser alvo, em mesma intensidade, de contratempos disciplinados.

Aquino (2003) avalia que, do ponto de vista do alunado, não se trata de um fenômeno nitidamente demarcado por variáveis de gênero, nem de etnia, credo, orientação sexual, situação econômica ou coisa que o valha. Isso significa que, independentemente das características de sua clientela, toda escola parece ter de se defrontar, de quando em quando, com embates entre professores e alunos e, mais comumente, entre os próprios alunos. Outra evidência é a de que a idade dos implicados não se apresenta como um nítido divisor de águas: os eventos disciplinares podem ocorrer desde a educação infantil até a universidade. No entanto, o ápice do fenômeno parece dar-se, na maioria das vezes, entre a etapa final do ensino fundamental e o início do ensino médio.

Contudo, entende-se que a indisciplina configura um fenômeno escolar que ultrapassa fronteiras socioculturais e também econômicas. Pois, de acordo com Aquino (2003), muitos países europeus (como França e Espanha), bem como outros países desenvolvidos (como os Estados Unidos, por exemplo), enfrentam situações semelhantes à nossa. Não se pode supor, portanto, que se trata de um fenômeno exclusivo de países como o Brasil, mas que se verifica também em contextos em que as condições infraestruturas do trabalho escolar são mais satisfatórias.

Freitas e Lopes (2010) concluem que, as escolas precisam aprender e se adequar às exigências e também às possibilidades e necessidades dos alunos. E os alunos, por sua vez, precisam compreender e entender as regras da instituição escolar. Para que esse processo aconteça respeitando tanto o educador como o educando, é necessário que se faça sempre uma análise, que se busque as causas responsáveis pela ocorrência da indisciplina. É preciso construir um autêntico relacionamento de reciprocidade entre as pessoas a partir do enfrentamento conjunto.

Dessa maneira, ao questionar como promover a cultura da paz a partir do cenário em que se encontra o contexto escolar, reportamo-nos mais uma vez a Morgado e Oliveira:

para se levar a cabo a transformação do conflito no contexto educativo através da mediação, e na sequência do exposto, é necessário alterar comportamentos e a comunicação interpessoal e, simultaneamente, desenvolver capacidades e competências para a gestão e resolução de conflitos. Neste sentido, o sucesso de um projeto de mediação na escola depende do envolvimento de todos os “atores” do contexto escolar. A escola deve desenvolver um contexto de significação congruente com a mediação. De pouco servirá que as crianças e os jovens estudantes sejam sensibilizados e treinados para uma cultura de diálogo, de escuta e de

pacificação das relações interpessoais, se o discurso de educadores e docentes for incoerente com esta postura. (MORGADO; OLIVEIRA, 2009, P.50)

Ao citar que um projeto de mediação na escola depende do envolvimento de todos os “atores” do contexto escolar. Lembra-se do que afirmaram Rosa (2010), Vasconcellos (1995) *Apud* Freitas e Lopes (2010): que o grande foco da crítica e da atribuição de responsabilidade pelos problemas de indisciplina na escola está sendo o aluno e sua família. Esta muitas vezes se encontra fragilizadas e desorientada, e em muitos casos se exime de sua responsabilidade de educar, deixando grande parte dessa responsabilidade para a escola. A família tem dificuldades de cumprir sua tarefa de fazer a iniciação civilizatória: estabelecer limites, desenvolver hábitos básicos.

Para Rosa (2010) a problemática da violência na escola, de certa forma, se reproduz na escola enquanto ambiente que instrui o cidadão para a vida e para o mundo. O indivíduo não assimilou regras básicas de convivência social, acha que tudo é permitido. Assim, alunos indisciplinados e mal educados atormentam professores, e estes não apresentam condições para controlar a desordem que se alastra na sala de aula.

A indisciplina na escola possui diferentes motivos e é a maior causadora da violência, as causas estão nos problemas familiares, inserção social ou escolar, excessiva proteção dos pais, abuso e violência doméstica, carências sociais, influências negativas, entre outros. Nestes casos o professor muitas vezes fica impotente a depender de cada situação. No entanto, existem outras causas que resultam de disfunções entre alunos, professores e escola Rosa (2010).

A família é um ponto essencial na vida de qualquer ser humano, uma base fundamental e crucial na vida da criança e do adolescente. Como tal, a família deve se empenhar no seu papel para que dê suporte e favoreça o desenvolvimento físico, moral, afetivo e emocional de suas crianças e dos adolescentes.

A família é vista como um ponto de referência, proteção e socialização dos sujeitos, isoladamente da maneira como ele se apresenta na sociedade. Ela desempenha uma força na constituição de valores culturais, éticos, morais e espirituais, que vêm sendo transportados de geração em geração. Tais valores vivenciados no espaço familiar contribuem expressivamente para a formação do caráter da criança, para a sua socialização e para a aprendizagem escolar. Pois, no convívio social atual, é cada vez mais expressiva a participação dos pais no desenvolvimento e na educação dos seus filhos.

Atualmente observa-se uma grande necessidade de se constituir um efetivo diálogo entre a escola e a família, pois já se sabe que a parceria destes dois sistemas é de essencial importância para o processo ensino-aprendizagem de crianças e jovens uma vez que a aprendizagem não está apenas cercada de conteúdos escolares.

Salienta-se que a família, como um grupo social, não é percebida como um fim em si mesmo, mas pelas suas funções de oferecer condições de desenvolvimento a seus membros, e em especial, às crianças. É a principal responsável pela alimentação e pela proteção da criança, da infância à adolescência. A iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas de sua sociedade começa na família. Conforme ressalta Kaloustian (2008) “para um desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer num ambiente familiar, numa atmosfera de felicidade, amor e compreensão”.

Assim, todas as instituições da sociedade devem respeitar e apoiar os esforços dos pais e de todos os demais responsáveis para alimentar e cuidar da criança em um ambiente familiar.

A família brasileira, em meio a discussões sobre novas conjunturas, está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente no seu Art. 4º afirma que:

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, Art. 4º, 1990)

A participação de todas as estruturas que compõem a sociedade no processo de garantias dos direitos infanto-juvenis é imprescindível para efetivar uma nação democrática, que vislumbre todos os sujeitos como portadores de direitos.

Sem dúvida, uma prática social e política, seja de caráter privado ou público que considere as diferenças étnico-culturais que constituem substratos históricos que não podem ser ignorados no fim do século XX, pode elucidar e apontar caminhos mais eficientes, seja na condução de uma política educacional comprometida com sucesso escolar, seja na formulação de outras políticas públicas que visem a construção de estratégias de controle social e disciplinamento numa ordem democrática. Segundo Neder:

assistentes sociais, policiais, professores e outros trabalhadores sociais devem ser informados sobre estas diferenças étnico-culturais: que as famílias-padrão (quer se tome por base a família tradicional, patriarcal, extensa, de origem ibérica, quer então o modelo “higiênico” e moralista da família burguesa de inspiração vitoriana, introduzido no país a partir do processo de modernização que acompanhou a urbanização/industrialização nos primeiros anos deste século) convivem no acontecer social com outras famílias, até o presente bem pouco conhecidas, de várias origens, indígenas ou africanas (matrilineares, patrilineares, poligâmicas/islamizadas etc.). (NEDER, 2008, p. 27)

Pensar as famílias de forma plural pode significar uma construção democrática baseada na tolerância com as diferenças, com o outro. Estudos históricos mais recentes têm desenvolvido argumentos que apontam para algumas diferenciações que merecem destaque como a participação ativa da família no tocante ao enfrentamento da violência escolar. É relevante pontuar que trazer a participação dos pais na vida escolar dos filhos na atualidade é uma situação considerada favorável para a gestão escolar minimizar os diversos conflitos existenciais na escola.

Logo, é possível afirmar que existem também diversos desafios para que haja uma educação com qualidade social e a democratização da gestão, tendo em vista que:

“a educação com qualidade social e a democratização da gestão implicam a garantia do direito à educação para todos, por meio de políticas públicas, materializadas em programas e ações articuladas, com acompanhamento e avaliação da sociedade” (CONAE, 2010, p. 41).

Para Andrade (2012) alguns obstáculos que interferem numa gestão democrática de sucesso:

- Em primeiro lugar será necessário que pais, alunos, professores, e comunidade escolar tenham um maior esclarecimento dos conceitos de participação, democracia, pois só assim adquiram a consciência crítica do que realmente a participação proporciona, havendo um maior comprometimento de todos.
- Outra questão é a falta de comprometimento e cumprimento das atividades desenvolvidas pelas instâncias colegiadas. É necessário que os membros destas instâncias tenham mais comprometimento com o trabalho que deve ser realizado por estas, tendo sempre como objetivo a melhoria da educação no interior das instituições escolares.

- Um fator que não pode se negar e ser esquecido nesta discussão é que, as escolas devem abrir mais espaço para que a participação dos pais, alunos e comunidade aconteça. Infelizmente muitas escolas não têm aberto maior espaço de participação, por não contarem primeiramente com condições físicas dentro das escolas, para que as reuniões das instâncias colegiadas aconteçam.

Do ponto de vista de Santos (2011, p.15), os desafios são:

- A concretização do planejamento escolar, a ação do gestor escolar, este deve saber que estratégias utilizar diante das situações que o planejamento lhe impõe. Pois, organizar o trabalho pedagógico requer enfrentar contradições oriundas das diversas realidades que se encontram numa escola pública, daí a necessidade da escola educar para a democracia, e essa tendência pedagógica deverá ser observada ao longo dessa labuta.
- Outro grande desafio está relacionado ao diretor escolar, por constituir-se, em atuar de modo a conhecer os valores, mitos e crenças que orientam as ações das pessoas que atuam na escola e como se reforçam reciprocamente e, em que medida esses aspectos desassociam ou distanciam dos objetivos, princípios e diretrizes educacionais. E ainda, em compreender como sua própria postura interfere nesse processo, para então, atuar de modo a promover a superação do distanciamento porventura existente entre os valores vigentes e os objetivos educacionais.
- Outro desafio enfrentado que necessita ser superado para a democratização do ensino no Brasil é referente à escolha de gestores, pois na maioria das vezes é feita por indicação política ou familiar e não por competência do profissional, porém a escolha de gestores por maioria de votos da comunidade escolar contribuiria para um processo mais democrático do ensino.

Neste sentido, para Andrade (2012), a Gestão Democrática foi proposta, pela primeira vez, como princípio para gerenciar a educação brasileira na Constituição Federal de 1988. Mas, sua trajetória começa bem antes da promulgação da Constituição Federal. As primeiras discussões acerca de uma forma de gestão que proporcionasse uma educação mais democrática e igualitária ocorreram durante a redemocratização do Brasil, nos movimentos sociais que lutavam para por um fim no governo militar e, portanto, na ditadura militar. Era um desejo antigo dos educadores alcançarem uma educação democrática, de qualidade, capaz

de formar o indivíduo autônomo. Uma educação igual para todos, com o direito de acesso e permanência na escola garantida. Em prol desse desejo, lutaram e contribuíram para a adoção da Gestão Democrática para educação.

a tentativa de implantação efetiva da autonomia escolar e da gestão democrática da escola se deu especialmente após o movimento estudantil de 1968 no mundo ocidental, como uma forma restrita, mas efetiva de realização da utopia dos jovens daquela década. “Escolas Livres” ou alternativas surgiram especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, como instrumento de superação da escola tradicional, tecnicista e burocrática do Estado. No Canadá, foram criadas inúmeras escolas comunitárias que, até hoje, são administradas pela comunidade e mantidas pelo poder público. (SOUZA, 2008, p. 3)

No Brasil a experiência da implantação da gestão democrática nas escolas, das vezes que houve tentativas, lembrando que eram de iniciativas de alguns educadores, segundo Souza (2008) “logo eram interrompidas quando esses educadores deixavam à escola”. Ou seja, não tinha êxito/sucesso. Foi a partir da década de 1990 que a gestão democrática, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, teve sua definição e sua forma de organização determinados. Foi neste momento também que os países da América Latina iniciaram um processo de mudanças políticas como a redefinição do papel do Estado na sociedade latino americana, implicando assim em grandes transformações na forma de gerenciamento da gestão pública educacional, surgindo neste contexto à gestão democrática Andrade (2012).

Portanto, como é possível compreender, o sistema brasileiro de ensino é fruto de um determinado contexto histórico, ocorrido no marco das transformações do papel do Estado e da gestão pública a partir dos anos 90 no Brasil. Tendo a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 como sintonia do ideário político da época em que foi desenvolvida e aprovada, sendo este a política neoliberal de administração.

Em suma, adotar a gestão escolar nos últimos anos, para assegurar uma administração que controle os conflitos entre aluno, pois o contexto social da maioria dos discentes fortalecem a prática de atitudes agressivas e violentas, tornando o papel da escola tarefa desafiadora, e até complexa, tendo em vista os inúmeros problemas que a mesma tem que manipular para que ocorra uma educação de qualidade e uma escola apaziguada.

A escola tem como papel diante da sociedade de propiciar ações para a efetivação dos direitos sociais. Dentro deste contexto, o setor educacional tem hoje o papel de possibilitar e de oferecer alternativas para que as pessoas que estejam excluídas do sistema possam ter

oportunidade de se reintegrar através da participação, bem como da luta pela universalidade de direitos sociais e do resgate da cidadania.

Portanto, o saber acaba levando ao questionamento das relações sociais mediante processo de conscientização do real significado dessas relações enquanto relações de poder. A conscientização é entendida como a passagem de uma consciência puramente natural para uma consciência reflexiva, de uma consciência em si, para uma consciência para si, ou seja, para uma consciência crítica. Esta é a função intrínseca da educação e o seu papel preponderante na contribuição que pode dar a transformação social.

A educação, entendida como a apropriação do saber historicamente produzido é prática social que consiste na atualização cultural e histórica do homem. Este, na produção material de sua existência, na construção de sua história, produz conhecimentos, técnicas e valores, comportamentos, atitudes, tudo enfim que configura o saber historicamente produzido. Saber que é passado para as novas gerações, mediação realizada pela educação escolarizada/sistematizada.

Entretanto, a escola deve ser o lugar de continuidade ao processo iniciado pela família, educando crianças e adolescentes através da responsabilidade, da disciplina, do estímulo à cidadania, enfim, da educação para a vida.

CAPÍTULO II: DIAGNÓSTICO

Ao observar o ambiente da Escola Estadual “José de Carvalho Deda”, localizada na cidade de Simão Dias/SE, percebemos que possui um espaço organizado e instrumentalizado propício a desenvolver o processo de ensino e aprendizado com qualidade. E que busca agir respeitando o que está contido no Projeto político Pedagógico por ser um documento norteador das praticas pedagógicas que vislumbra a escola enquanto espaço de construção do conhecimento e afirmação da identidade, além de desenvolver a consciência cidadã, conforme nos apresenta Libaneo:

é político porque reflete as opções e escolhas de caminhos e prioridades na formação do cidadão, como membro ativo e transformador da sociedade em que vive. É pedagógico porque expressa as atividades pedagógicas e didáticas que norteia e leva a escola a alcançar seus objetivos. (LIBANEO, 2001, p. 23).

Dessa maneira, é imprescindível que o PPP seja compreendido na sua totalidade, ou seja, naquilo que contribui para os projetos prioritários da escola, que são as atividades educacionais, sendo um instrumento político pedagógico voltado para construir e assegurar a gestão democrática, se efetivando durante sua elaboração com a participação coletiva.

Quanto ao monitoramento e aplicação do que está contido no PPP e no regimento interno, a escola vem enfrentando dificuldades, pois nem todos os segmentos participam da construção e da execução deste documento. Além de não possuir de Conselho escolar e, sim, Comitê Comunitário que na prática tem pouco peso nas tomadas de decisões, nos assuntos relacionados a ações pedagógicas e que atualmente, encontra-se desfalcado, com poucos membros, devido à prorrogação das eleições, por vários anos. Entretanto, à medida que surgem novas demandas, a escola rever o plano de ação, envolvendo alguns projetos específicos, busca parceria com a família através da participação e acompanhamento mais de perto, o que nos últimos anos vem melhorando a freqüência nas reuniões promovidas.

No entanto, é dever de todos viabilizar e garantirem o acesso integral a educação e as condições necessárias ao pleno desenvolvimento da Criança e do adolescente, conforme o art. 53. do Estatuto da Criança e do Adolescente: A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Direito de ser respeitado por seus educadores;

III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;

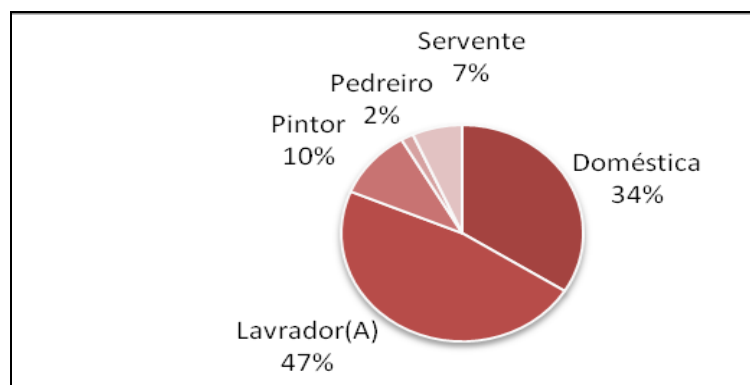
V - Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”.
(ECA. Parágrafo Único)

Assim, fica claro o papel de todos os atores que compõe a comunidade educacional, dos pais ou responsáveis perante os direitos que são direcionados aos infanto-juvenis.

No entanto, analisando o contexto social, econômico, que os estudantes vivem, a omissão é geralmente justificada pela necessidade que os pais e responsáveis têm de trabalhar e não tem tempo suficiente para acompanhar o desenvolvimento educacional destes. Para fundamentar tal afirmativa, buscamos entender o contexto dos discentes utilizamos informações contidas no PPP e constatamos que economicamente as famílias dos alunos da escola em questão buscam seus sustentos exercendo atividades na zona rural. Conforme se pode observar no gráfico “*profissão dos pais*” construído a partir de Pesquisa Censitária Diagnóstica, realizada pela escola através de questionário escrito (arquivo da escola março/2011).

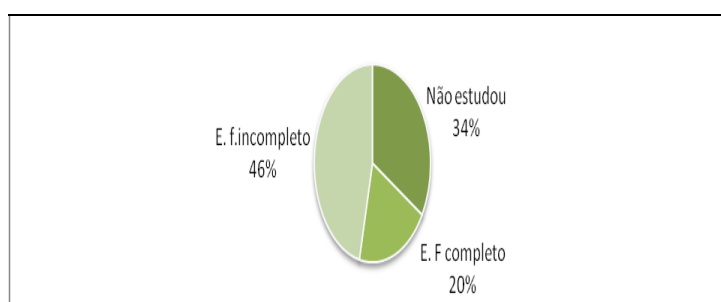
GRÁFICO 1 – Profissão dos pais



Fonte: Pesquisa Censitária diagnóstica/2011

De acordo com a pesquisa 7% dos pais se declaram servente de pedreiro e 2% pedreiro. Outra profissão de número bastante elevado, quando se pensa na economia atual é o de pais que se declaram profissionais do campo denominando-se lavrador, agricultor e/ou trabalhador rural 47%. As mães que se declararam doméstica ou autônoma trabalham fazendo bico, 34%.

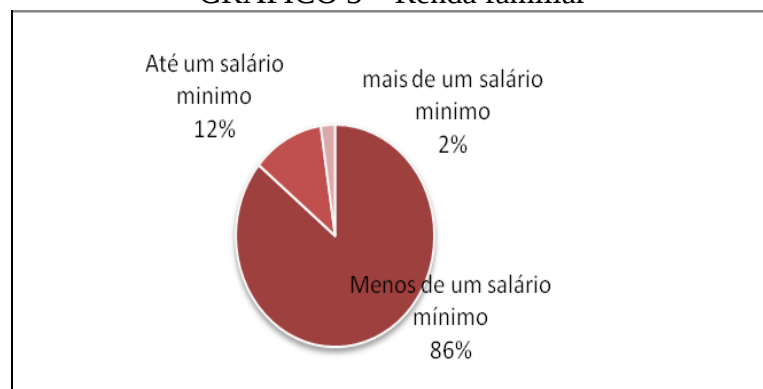
GRÁFICO 2 – Nível de escolaridade dos pais



Fonte: Pesquisa Censitária Diagnóstica: março/2011

Aliado aos gráficos: profissão dos pais/nível de escolaridade/renda familiar e área onde reside o aluno é possíveis diagnosticar que a economia local movimentada pelo trabalho rural, esta vinculada ao pouco estudo dos pais: 34% declaram-se que nunca estudou, 46% declaram, conforme gráfico abaixo.

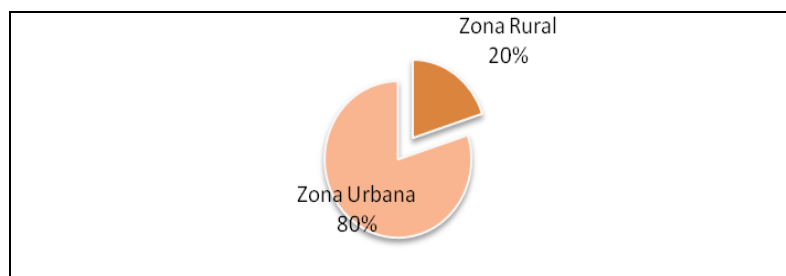
GRÁFICO 3 – Renda familiar



Fonte: Pesquisa Censitária Diagnóstica: março/2011

Estes pais pesquisados, em sua maioria são trabalhadores informais nas propriedades rurais, 80% das famílias que residem em áreas urbanas como exibe o gráfico 4, e que saem da cidade e vão trabalhar na zona rural se declararam viver com menos de um salário mínimo mensal.

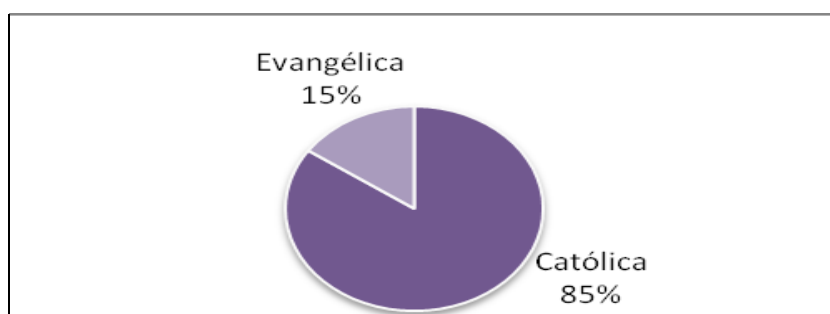
GRÁFICO 4 – Área onde reside a família



Fonte: ficha individual do aluno/2010

Como mostra o gráfico 5, as famílias são em sua maioria pertencentes a igreja católicas 85%, apesar do crescente número de evangélicos 15%, a predominância das praticas do catolicismo superam outra religião.

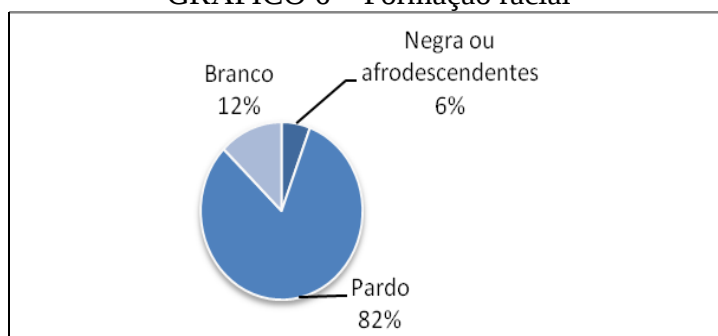
GRÁFICO 5 – Religião das famílias



Fonte: Pesquisa Censitária Diagnóstica/março 2011

A comunidade escolar é constituída por 6% das pessoas declaradas negras/afro-descendentes, 12% declaradas brancas e 82% pardos, como mostra o gráfico 6.

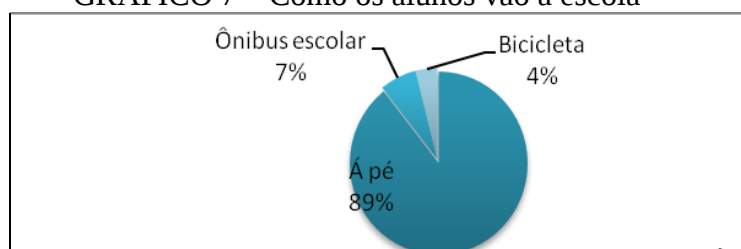
GRÁFICO 6 – Formação racial



Fonte: ficha individual do aluno/2010

Dos alunos entrevistados 89% vão à escola a pé; os que utilizam o transporte escolar como ônibus são 7% e 4% dos alunos vão de bicicleta.

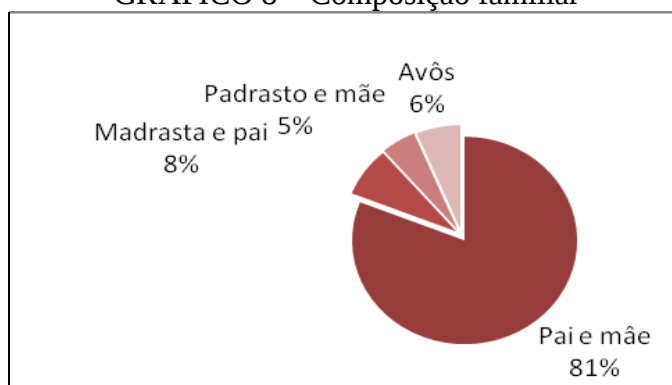
GRÁFICO 7 – Como os alunos vão á escola



Fonte: Pesquisa Censitária Diagnóstica – 2011

Quanto à constituição familiar dos alunos 81% dela é constituída por pai, mãe e filhos. 8% dos alunos vivem apenas com o pai; 5% deles vivem com a mãe e 6% com os avôs.

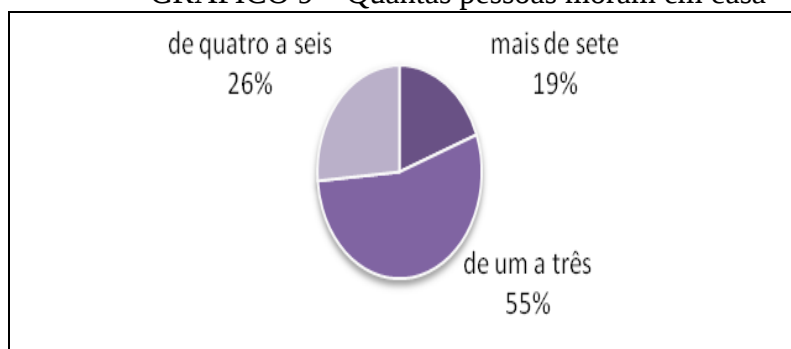
GRÁFICO 8 – Composição familiar



Fonte: Pesquisa Censitária Diagnóstica – 2011

As casas agregam em média de uma a três pessoas, sendo que 8% das famílias sobrevivem com até um salário mínimo e 72% recebem recurso do governo (o bolsa família), conforme gráfico.

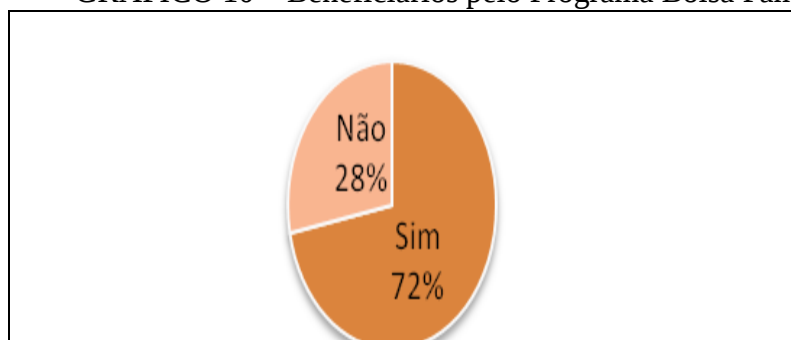
GRÁFICO 9 – Quantas pessoas moram em casa



Pesquisa Censitária Diagnóstica – 2011

Como explicita o gráfico abaixo, 72% das famílias são beneficiadas pelo programa Bolsa Família, configurados como baixa renda.

GRÁFICO 10 – Beneficiários pelo Programa Bolsa Família



Fonte: Arquivo da Escola dezembro/2010

Conforme nos mostra os gráficos, as famílias dos discentes, com pouca formação escolar, têm dificuldades de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem de seus filhos, por sentirem dificuldades na hora de ajudar nas atividades escolares.

Apesar desta realidade, não se explica a violação dos direitos fundamentais presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, porém, a falta de compromisso dos pais e responsáveis com a educação das crianças e do adolescente é outro fator predominante nesta realidade. Outro tipo de violência percebida por meio de observação e diálogo informal com os alunos é a violência psicológica, que se configura através da rejeição, carência, restrição, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições degradantes, etc. também contempla esta violência o bullying que acontece na maioria das vezes entre os próprios discentes, mas que é trabalhada em sala de aula por meio de projetos internos no dia-a-dia

desenvolvidos na classe. Para combater estas violações a escola desenvolve projetos educativos, por meio de debates, confecção de cartazes, palestras, dinâmicas de interação, oficinas, etc., estes são financiados com recursos que são enviados para a escola, a exemplo do: PROFIN, PDE e PDDE. Tem também programas do governo federal como “O mais Educação”, que é muito pleiteado pelos alunos, e que permite estudar nos dois períodos: matutino e vespertino, dando a gestão a oportunidade de desenvolver melhor as aptidões dos educandos e permitindo que a escola tenha uma boa organização e qualidade de ensino.

Uma das problemáticas identificadas nas observações desta instituição de ensino é a presença de praticas que desencadeiam ou tendem a desencadear algum tipo de violência.

Entre os tipos de violências presentes na vida das crianças e adolescentes pode-se enfatizar: negligência (omissão dos pais ou responsáveis quando deixam de fornecer as condições necessidades e básicas para o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social da criança e do adolescente); física (comportamento violento com a utilização da força bruta de maneira proposital, provocada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas); psicológica (carência, restrição, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições degradantes, uso da criança e adolescentes para satisfazer as vontades dos adultos); sexual (ato que envolve ou não o contato físico, não sendo essencialmente envolvimento corporal visível. Pode ocorrer a estimulação sexual sob a forma de práticas eróticas e sexuais). Diante desses tipos de violência, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em seu artigo 5º, cuja Lei Federal 8.069/90 testifica:

nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Deste modo, todos aqueles que se negam a cumprir o que esta estabelecido no ECA, viola os direitos fundamentais da criança e do adolescente, podendo responder perante a justiça por infringir a legislação que rege o país. (CF, art. 5º, 1990)

Embora seja impactante e contraditória a realidade que nos deparamos, pois não correspondem ao que as Leis estabelecem, pois, vivemos em uma sociedade que enxerga a Criança e o Adolescente como um ser submisso as vontades dos adultos e que na pratica tem seus direitos violados de alguma maneira. No ambiente da Escola Estadual “José de Carvalho Déda” o tipo de violência mais presente segundo o que constatamos e foi relatado pela gestora/diretora é a negligencia que é ausência dos pais ou responsáveis na vida dos infanto-juvenis quando deixam de fornecer as condições necessidades e básicas para o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social da criança e do adolescente. E isso não

deixa de ser uma violência contra a vida das crianças e adolescentes, pois na medida que, os filhos são desacompanhados durante seu desenvolvimento integral, acaba ficando sujeito as diversas armadilhas impostas pela própria sociedade, que muitas vezes, reflete negativamente na vida de uma criança ou adolescente se não tiver um adulto responsável e comprometido com sua integridade.

CAPÍTULO III: PLANO DE INTERVENÇÃO

Diante de tudo que foi observado na Escola Estadual “José de Carvalho Deda” percebemos que a gestão vigente busca garantir a efetivação dos direitos infanto-juvenis da comunidade escolar dentro das dependências da instituição, embora exista uma resistência de alguns pais ou responsáveis em penetrar o universo dos pré-adolescentes e adolescentes e estabelecer diálogos e orientações a cerca das fases e descobertas destas etapas da vida. Visto isso, decidimos desenvolver um círculo de palestras com profissionais especializados em temas que circundam as fases supracitadas, “A Cultura da Paz na Escola: uma questão social”. Objetivando promover um momento de debates, esclarecimentos e mudança comportamentais entre pais, responsáveis e adolescentes. Para alcançar nosso intento propomos quatro ações a serem desenvolvidas

Justificativa:

No cotidiano da prática docente presenciamos inúmeros comportamentos entre os discentes que configuram algum tipo de violência, ou que são propensos a desencadear algum tipo de violência. Ex. apelidos, brincadeiras que refletem agressões físicas, psicológicas, verbais, exclusão principalmente na hora do recreio e que configuram o bullying. Percebemos também, que o discente reproduz no âmbito escolar o que eles vivenciam no espaço externo da escola. E, uma das formas de transformar essa realidade é convidando a comunidade a fazer parte do universo escolar, fazendo-a entender que a escola faz parte dela e que não é apenas um anexo.

Objetivos:

Geral:

Abordar práticas e comportamentos no âmbito da Escola Estadual “José de Carvalho Deda”, que reduza ou elimine atitudes que possam promover algum tipo de violência.

Específicos:

Sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância de mudanças comportamentais e ideológicas que garantam os direitos e deveres infanto-juvenis

Articular práticas pedagógicas que incentivem a paz entre os discentes, pais, professores e sociedade.

Viabilizar ações que desenvolvam na comunidade escolar a consciência de que a relação pessoal e interpessoal são mais saudáveis quando acontecem pacificamente.

Metodologia:

Nossa metodologia tem por base pesquisa de campo qualitativa, na qual antecede observações de fatos e eventos do cotidiano. A coleta de informações e interpretação dos dados. Na efetivação da coleta de dados utilizamos como base materiais usados no curso, a exemplo dos roteiros de entrevistas e observações do espaço escolar, além dos textos, vídeos e artigos científicos. A caracterização da escola e do perfil da comunidade escolar foi baseada no contato direto com o espaço físico da instituição educativa em questão e com o público-alvo, além de análise de documentos como o Projeto Político Pedagógico e do Regimento Interno da escola. Para sustentar as argumentações apresentadas utilizamos teóricos que abordam o tema.

Cronograma

CRONOGRAMA	
PROGRAMAÇÃO	ATIVIDADE
I ENCONTRO	Apresentação do projeto e palestra com a participação de uma psicóloga para abordar o tema “A Cultura da paz na escola: uma questão social”, neste momento será apresentado e debatido com os pais e comunidade escolar os principais comportamentos praticados no âmbito escolar que referencie atos de violência.
II ENCONTRO	Uma roda de diálogo com os participantes sobre os “direitos fundamentais da criança e do adolescente”. Para ministrar pode-se convidar um representante do Conselho Tutelar e uma representante da gestão da escola.

III ENCONTRO	Para compreender melhor o universo das crianças e adolescentes, propõe-se promover oficinas com a temática “fases e comportamentos infanto-juvenis” a qual pode ser abordada por uma psicopedagoga ou outro profissional apto a conduzir a atividade proposta.
IV ENCONTRO	Para sensibilizar a comunidade escolar no combate a violência e incentivo a promoção da paz no âmbito educacional sugere-se solicitar um conselheiro ou representante da vara infanto-juvenil da cidade referendada para estabelecer um feedback entre os participantes, com o intuito de esclarecer dúvidas e levantar questionamentos sobre “direitos e deveres dos infanto-juvenis segundo o Estatuto da Criança e Adolescente”.
V ENCONTRO	Finalizando com uma socialização de tudo que foi desenvolvido por meio de uma Caminhada Pedagógica por ruas e avenidas da cidade, mostrando os cartazes, faixas, com o tema “Pela garantia dos direitos infanto-juvenil e por uma sociedade pacífica”.

Avaliação

O processo de avaliação será de forma processual e continua, sendo paralela ao processo de ensino e aprendizagem, durante as atividades proposta e posterior a concretização do plano de intervenção.

Recursos:

- Para isso, organizar-se-á o ambiente da escola, em especial a quadra poliesportiva, ou auditório onde vai acontecer a mobilização. Como recurso pode-se utilizar data show,

microfone, caixa de som, cadeiras, mesas e o lanche, tudo providenciado juntamente com a gestão escolar para concretização deste trabalho.

- Cartazes, carro de som, etc, para ser utilizado no dia da caminhada pela comunidade.

Resultados esperado:

- Sensibilizar a comunidade escolar e a sociedade em geral sobre a cultura de paz, bem como, a necessidade de educarmos nossas crianças e adolescentes com princípios e valores que propague a paz e abomine qualquer tipo de atitude que desencadeie uma ação violenta.
- Induzir a reflexão sobre a garantia dos direitos infanto-juvenis, pois esses são cidadãos possuidores de direitos e conseqüentemente incentivar mudanças comportamentais para efetivar todos e quaisquer direitos que até então esteja sendo negado pelos adultos aos mesmos.
- Conscientizar os pais e responsáveis sobre o universo dos adolescentes, bem como adverti-los sobre comportamentos que constituem seu contexto, sem violar seus direitos, incentivando-os a cumprir seus deveres de cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função social das instituições educacionais é construir junto com seu público alvo (comunidade escolar) o conhecimento, consciências críticas e cidadãs, visando o respeito à diversidade étnica e cultural que forma e transforma este espaço a todo o momento. Ao sistematizar o saber científico e mediar às informações para que todos os estudantes construam suas opiniões e saberes partido das experiências do cotidiano, a escola visa também democratizar os direitos de igualdade, liberdade, manifestação de pensamentos, educação e etc. É neste espaço também onde conseguem expressar sua forma de compreender a vida, de acordo com seus aprendizados adquiridos nas instituições a que pertencem. Assim, o projeto de intervenção busca sanar algumas problemáticas que se apresentam em seu contexto funcional.

A sociabilidade das culturas, comportamentos, hábitos, crenças faz parte do processo de interação homem e sociedade, inerente ao convívio humano, constitui o processo

de ensino e aprendizagem dos professores/alunos, professores/professores e alunos/alunos no âmbito escolar. Essas trocas de saberes se consolidam em múltiplos contatos, e no caso dos alunos, uma das maneiras de estabelecer este contato, são as brincadeiras, neste momento, expressam ludicamente seus costumes. Nesta perspectiva foi diagnosticada a presença de comportamentos violentos nas brincadeiras, de forma verbal e física, o que produz e reproduz em sua maioria contextos sociais em que os estudantes estão inseridos. Dessa forma, foi pensado desenvolver o projeto “A cultura da paz na escola: uma questão social”, objetivando contribuir na redução, quiçá acabar com ações que configurem algum tipo de violação contra a criança e ao adolescente. Haja vista, a Legislação vigente no Brasil desde 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente ressaltam a função do Estado, família, escola e sociedade quanto à garantia e proteção integral e efetiva dos infante-juvenis. Com isso, a escola supracitada busca através de projetos internos envolverem a comunidade escolar em questões que perpassem a garantia dos direitos da criança e adolescente abrangendo suas complexidades e especificidades étnicas e culturais, ressaltando a importância de se cultivar relações pacíficas e extinguir comportamento e pensamentos violentos ou agressivos, dessa forma busca dissipar conflitos e promover atitudes de paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Robson Cosme de Jesus. **Enfrentamentos à violência contra criança e adolescente.**

ANDRADE, Greiciele Silva de. **A gestão democrática na escola pública brasileira: avanços e desafios.** Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

AQUINO, Júlio Groppa. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas.** São Paulo: Moderna, 2003.

BECKER, Maria Josefina. **A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece.** In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo.** 8ª Ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2008.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. Brasília: MEC, ACS, 2005.

_____. **Conferência Nacional de Educação (CONAE)**. Comissão Organizadora Nacional do CONAE, Documento final, Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, Brasília/DF, 2010.

CHRISPINO, Álvaro. **Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação**. Ensaio: aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 15, n. 54., 2007.

CURY, Munir (org.) **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 10. ed. São Paulo, Malheiros, 2010.

Educação. 2. **Educação – Qualidade**. I. Título. II. Ação Educativa. III. Unicef. IV. PNUD. V. INEP. VI. SEB/MEC.

_____.**Estatuto da Criança e do Adolescente**.COLETÂNIA.Constituição Federal: Estatuto da Criança e do Adolescente.Brasília.2011.

FREITAS, Vera Lúcia de Sousa. LOPES, Maria Inácia. **A importância da gestão para a disciplina escolar**. 2010.

GIDDENS, Anthony. **O Mundo na era Globalização**. ed.3. Lisboa, Portugal: Presença. 2001.

_____.**LDB.Lei n.9.394. Lei e Bases da Educação Nacional**.MEC (Ministério da Educação),BrASÍLIA,20 De dezembro 1996.

LIBANEO. J. C. **Organização e Geração da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LEOPOLDO, Denise Leal Fontes Albano, ALVES, Robson Cosme de Jesus. **Marco Legal e Institucional da Proteção da Criança e do Adolescente: Princípios informadores e eixos estruturantes**.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: <cedhap.com.br> Acessado em setembro de 2015.

Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania: Sistema de Proteção Escolar. Governo de São Paulo: Secretaria da Educação. Fundação para o desenvolvimento da educação. São Paulo, 2009.

NEDER, Gizlene. **Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil.** In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug. (Org.). *Família brasileira, a base de tudo.* 8ª Ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2008.

OLIVEIRA, Bety Antudes de. **O trabalho educativo: reflexões sobre paradigmas do pensamento pedagógico Brasileiro.** Autores Associados. Campinas São Paulo, 1996

PAIVA, Vanilda. **História da Educação popular no Brasil.** 6ª ed. São Paulo, Loyola, 1972

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar/Philippe Perrenoud; trad. Práticas chittoni Ramos.-Porto Alegre: Artmed 2000.**

ROSA, Maria José Araújo. **Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as consequências para o processo de ensino aprendizagem.** Revista Fórum identidades, Faculdade Atlântico, Aracaju/SE, 2010. Disponível em: <http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_8/FORUM_V8_09.pdf> Acessado em setembro de 2015.

RUOTTI, Caren. **Violência na escola: um guia para pais e professores** / Caren Ruotti, Renato Alves, Viviane de Oliveira Cubas. – São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. 264p.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas.** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB; 3ª ed. São Paulo 2001

SANTOS, André Michel dos. **Escola e Serviço Social: juntos no enfrentamento da exclusão social.** Revista P@rtes, publicado em outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/escolaeservicosocial.asp>> Acessado em setembro de 2015.

SANTOS, Christiane Soní Costa da Cunha. **Gestão da escola pública: desafio para a consolidação de uma educação democrática e participativa.** Faculdade Redentor. Departamento Nacional de Pós-graduação e Atualização. Três Rios, RJ, 2011.

SANTOS, Daniela Andrade. **Administração educacional no contexto da atualidade.** Publicado em 2013. Disponível em: < <http://www.conteudojuridico.com.br>> Acessado em setembro de 2015.

SOUZA, Genival de. **Gestão democrática escolar: reflexões e desafios.** Universidade de Los Pueblos de Europa, 2008.

VIEIRA, Alexandre Thomaz Almeida [et al]. **Gestão Educacional e Tecnologia.** São Paulo: Avucamp, 2003.

ANEXOS

ENTREVISTAS

INSTITUIÇÃO: ESCOLA ESTADUAL “JOSE DE CARVALHO DÉDA”

I – IDENTIFICAÇÃO
• Idade: -50 • Sexo: -Feminino • Curso de formação em nível superior: - Pedagogia • Ano de formação: -2006 • Universidade de formação: - UVA • Nível de formação? Graduação, Especialização, Mestrado... Graduação - Especialização em Gestão Escolar
II – FORMAÇÃO
• Por que escolheu essa profissão? -Vocação • Você teve outras opções? -Sim • Em algum momento pensou em trabalhar com crianças e adolescentes? Como? -Sim, sendo professora/ educadora
III – ATUAÇÃO PROFISSIONAL
• Como foi o início da carreira, quais foram as principais dificuldades/surpresas? - Quando comecei, não tive muita dificuldade, já que há uns trinta anos atrás acontecia o que se esperava, porém, é um grande desafio trabalhar com a diversidade de pensamentos e ações. • Para a sua atuação profissional, o que a graduação não o ensinou? - Na verdade, o que a gente vê ou estuda durante o curso é totalmente diferente do dia a dia da sala de aula. • Sobre o envolvimento de criança e adolescentes em seu trabalho, quais as principais demandas/ocorrências? - Indisciplina, falta de apoio dos pais, estrutura familiar, entre outros.

- Sobre a questão da violência sofrida por crianças e adolescentes, qual/quais tipo/tipos são frequentemente vivenciados/denunciados/constatado?
- Omissão.
- Quais os procedimentos utilizados para os registros de casos de violência desde o momento da denúncia?
- Fazer o diagnóstico, fazer um relatório, conversar com os pais ou responsáveis e se não obter êxito procurar o Conselho Tutelar e delegacia, em seguida fazer um acompanhamento com o psicopedagogo.
- E, como quais os encaminhamentos adotados para a resolução dos casos de violência (acompanhamento, denúncias)?
- Conversar com os pais, levar ao conhecimento do Conselho Tutelar.
- Qual o seu papel enquanto proteção, garantia e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes?
- Fazer com que o que consta no ECA seja respeitado e vivenciado.
- Como você define seus objetivos profissionais frente às questões impostas?
- Garantir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente na escola e fora dela, com responsabilidade e compromisso.
- Quais os instrumentos mais utilizados na intervenção das questões referentes às crianças e adolescentes?
- Muito diálogo, reuniões e palestras.
- Como você identifica os resultados de seu trabalho neste campo de atuação?
- Através dos resultados obtidos no comportamento dos estudantes.
- Como você sistematiza os dados e informações da realidade na qual você atua?
- relatórios, atas.
- Qual a contribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA na intervenção das questões relacionadas às crianças e adolescentes?
- De como tentar solucionar os vários problemas que percebemos nas crianças e adolescentes.

IV – PERSPECTIVAS E PROJETOS

- Você desenvolve ou desenvolveu algum projeto que envolva crianças e adolescentes? Sobre qual temática? Como é ou foi o desenvolvimento desta atividade?
- O Mais Educação e através dos vários projetos que a escola trabalha, como: violência domestica, drogas, abuso sexual, internet, etc.
- Sobre as questões que envolvem crianças e adolescentes, quais suas perspectivas, reflexões e idealizações?
- Eu idealizo uma sociedade mais justa, democratizada onde o ser humano seja valorizado integralmente.

CONSELHO TUTELAR

I – IDENTIFICAÇÃO

- Idade:
-31 anos
- Sexo:
-masculino
- Curso de formação em nível superior: Letras
- Ano de formação:
- 2009
- Universidade de formação:
-AGES
- Nível de formação? Graduação, Especialização, Mestrado... Graduação
-Graduação

II – FORMAÇÃO

- Por que escolheu essa profissão?
-Por gostar de crianças e poder contribuir para uma sociedade mais justa e sem violências.
- Você teve outras opções?
- Sim. Tive.
- Em algum momento pensou em trabalhar com crianças e adolescentes? Como?
- Sempre pensei. De forma que possa ajudar elas.

III – ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Como foi o início da carreira, quais foram as principais dificuldades/surpresas?
- Impactante, pois fiquei surpreendido com as realidades que me deparei .
- Para a sua atuação profissional, o que a graduação não o ensinou?
- Minha graduação não tem muito a ver com meu trabalho, mas me ajudou para fazer relatório.
- Sobre o envolvimento de criança e adolescentes em seu trabalho, quais as principais demandas/ocorrências?
- Violação de direitos.
- Sobre a questão da violência sofrida por crianças e adolescentes, qual/quais tipo/tipos são frequentemente vivenciados/denunciados/constatado?
- Violência doméstica.
- Quais os procedimentos utilizados para os registros de casos de violência desde o momento da denúncia?
- Notificar e encaminhar para os órgãos públicos.
- E, como quais os encaminhamentos adotados para a resolução dos casos de violência (acompanhamento, denúncias)?
- Denúncias.
- Qual o seu papel enquanto proteção, garantia e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes?
- Zelar pelos direitos.
- C CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do

Adolescente), como você define seus objetivos profissionais frente às questões impostas? - Obs: o representante não quis se pronunciar diante desta pergunta. - Quais os instrumentos mais utilizados na intervenção das questões referentes às crianças e adolescentes? - A rede de atendimento. - Como você identifica os resultados de seu trabalho neste campo de atuação? - Horas satisfatórias, horas não. - Como você sistematiza os dados e informações da realidade na qual você atua? - Rede de atendimento com pouca estrutura. - Qual a contribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA na intervenção das questões relacionadas às crianças e adolescentes? - Garantir os direitos como prioridade.
IV – PERSPECTIVAS E PROJETOS
- Você desenvolve ou desenvolveu algum projeto que envolva crianças e adolescentes? Sobre qual temática? Como é ou foi o desenvolvimento desta atividade? - O Conselho Tutelar desenvolve um projeto de combate a “Exploração Sexual” e outro de atendimento ao cidadão. - Sobre as questões que envolvem crianças e adolescentes, quais suas perspectivas, reflexões e idealizações? - Um futuro brilhante.

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

I – A ESCOLA: ESCOLA ESTADUAL “JOSÉ DE CARVALHO DEDA”
Localização: -Situada à Praça Lucila Macedo Deda, S/N, na cidade de Simão Dias Sergipe Estrutura: 01 diretoria climatizada, 01 secretaria, 07 salas de aula, 01 biblioteca, 01 laboratório de Tecnologia Educacional (LTE), 01 sala de recursos multifuncional, 01 quadra poliesportiva, pátio, 01 cantina, 01 refeitório, 01 banheiro masculino, 01 banheiro feminino, 01 banheiro para funcionários Níveis de Ensino ofertados e os turnos: - matutino e vespertino Quantidade de alunos:

- no turno matutino tem 120 alunos que estudam de 1º ao 5º ano - no vespertino tem 126 alunos que estudam do 6º ao 9º ano Quantidade de professores (quadro completo ou falta de professor?); - O quadro de professores esta incompleto, aguardando convocações do Estado, por isso não se tem uma quantidade definida.
II – CONTEXTO ESCOLAR
Relação professor-aluno (como se comportam, como interagem, conversam, brigam, gritam?); - A relação entre professor e aluno é considerada o que se espera de professor com aluno, estabelecendo boas relações e valorizando o respeito e o diálogo. Relação aluno e diretoria/secretaria/equipe pedagógica (como se relacionam?); - A equipe diretiva busca esta presente no cotidiano do aluno, esforçando-se para viabilizar um ensino e aprendizado de qualidade. Iteração entre os alunos na escola (durante as aulas e durante o(s) intervalo(s)); -Esta interação é arraigada de respeito, amizade e alegria, em casos de alguma desavença trabalha-se a relação dos envolvidos para acabar com qualquer indiferença. Merenda escolar (a escola oferece, o que?, como? em que turnos?); -A escola dispõe de merenda nos turnos matutino e vespertino Biblioteca (Possui? É utilizada? Aberta? Fechada?); - A biblioteca existente na escola é aberta ao uso do publico estudantil Sala de vídeo (ou multimídia) (Possui? Como é utilização?); -A sala de vídeo esta inserida na sala de multimídia e é frequentada sempre que solicitada pelos estudantes e professores. Grêmio escolar (Possui? Existe sala para o grêmio? É atuante?). - existe conselho de classe e é atuante.
III – ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA
Organização e utilização do espaço escolar;

- O espaço é bem organizado, limpo e agradável.

Utilização de textos e livros didáticos (Possui livro didático para todos os alunos em todas as disciplinas?);

- todos os alunos possuem livros didáticos ofertados pelo governo

Realização de projetos (Desenvolve projetos? Quais? Todos os anos?);

- Existem vários projetos em execução, a exemplo de: exploração sexual, combate as drogas, combate a violência, etc.

PPP (Existe? É utilizado? Está atualizado? Os professores têm conhecimento?);

- O Projeto Político Pedagógico que a escola dispõe é usado constantemente para nortear as ações pedagógicas e administrativas da escola.

Currículo Escolar (Existe? Está atualizado? Os professores ajudaram a construir? Os professores têm conhecimento?);

- O corpo docente e a equipe diretiva constroem e se reúnem para discutir os resultados do currículo existente na instituição educacional.

Regimento Escolar (Existe? Está atualizado? Os professores ajudaram a construir? Os professores têm conhecimento?);

- A escola também possui regimento interno atualizado e buscam seguir fielmente suas diretrizes.

Conselho escolar (Existe? É atuante? Quem participa? Como funciona?);

- O conselho de Classe existe nesta instituição e é atuante.

Como é elaborado o Calendário Escolar?

- É elaborado coletivamente por todo o corpo docente.

Como é organizado o HTPC(Horário de Trabalho Pedagógico) e Reuniões Pedagógicas?

-Periodicamente existe reuniões e o horário estabelecido é modificado se houver necessidade e se todos os componentes concordarem.

Como são elaborados os Planos de Ensino?

- São elaborados pelos professores semestral e anualmente.

Existem projetos interdisciplinares?

- sim.

Quais são os procedimentos pertinentes à avaliação e à recuperação de alunos?

- através de trabalhos e atividades avaliativas e cumulativas.

Quais são os assuntos abordados nas reuniões de pais?

- comportamentos, rendimento escolar, atividades no âmbito escolar, etc.

Há estratégias para garantir as informações sobre aprendizagem dos alunos?

- sim, debates, explicações e verificação de aprendizagem através de atividades coletivas.